



DESIGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL E A PANDEMIA DO COVID-19:

aportes iniciais para o debate

PEREIRA, Máira Carvalho¹

ALMEIDA, Flávia Vizani²

RESUMO:

O objetivo do estudo é refletir sobre a situação de exploração/opressão de mulheres nas relações sociais capitalistas, agravada no contexto da pandemia do COVID-19. Para isso, foi utilizada a Teoria da Reprodução Social como importante aporte teórico para compreensão da opressão e exploração de gênero a partir da relação capital e trabalho para reprodução e acumulação capitalista. O procedimento metodológico foi traçado a partir de pesquisa exploratória, considerando a aproximação com a realidade recente. Pudemos perceber a instrumentalidade do trabalho feminino (não pago) no lar para a produção da força de trabalho na geração de valor para o capitalismo e que a coletivização do cuidado familiar associada a uma divisão de seu custeio através de políticas públicas universais poderiam vir a atender demandas de cuidado que geram sobrecarga do trabalho feminino, suprimindo parte da problemática da desigual divisão sexual do trabalho no âmbito produtivo e reprodutivo.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; teoria da reprodução social; pandemia COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre a situação de exploração/opressão de mulheres nas relações sociais da sociedade capitalista, agravada no contexto de pandemia do COVID-19³, em que a realidade concreta ainda não é suficientemente aclarada. Para tanto, referenciamos a Teoria da Reprodução Social como uma importante chave de

¹ Assistente Social (UERJ), mestranda no PPGSS/UERJ - bolsista CAPES, especialista na modalidade Residência Multiprofissional em saúde da criança e do adolescente cronicamente adoecido pelo IFF/FIOCRUZ. Contato: (21) 98298-1724 / mai.carvalho@outlook.com - Rio de Janeiro/RJ.

² Assistente Social (UFRJ), mestranda no PPGSS/UERJ - bolsista CAPES, especialista em Política Social e Intersetorialidade pelo IFF/FIOCRUZ, Residência Multiprofissional em Saúde pelo HUCFF/UFRJ. Contato: (21) 98319-4609 / fvizani@gmail.com - Rio de Janeiro/RJ. Apresentadora do trabalho.

³ Pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, popularmente conhecido como coronavírus, que causa a doença infecciosa denominada COVID-19, desde dezembro de 2019. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br> Acesso em: 15 de mai. de 2022.

compreensão da realidade acerca da relação contraditória entre capital e trabalho, bem como a exploração da força de trabalho do gênero feminino em seus diversos âmbitos. Isto se organiza a partir da hipótese de que a pandemia causada pelo *COVID-19* repercutiu diretamente na produção econômica do país e ampliou a dificuldade de reprodução social (sobrevivência) da classe trabalhadora, agravando a desigualdade entre os gêneros, já existente nesta sociedade capitalista. Assim, pretendemos refletir sobre a atualidade tendo em vista a maior intensidade do aprofundamento do neoliberalismo, o que resulta na retirada de direitos e precarização da vida da classe trabalhadora. Como caminho metodológico desta investigação, buscamos lançar mão da pesquisa exploratória com vistas a um aprofundamento dos temas centrais na intenção de relacioná-los, para melhor explicitação da realidade. Segundo Gil (2008, p. 27) a pesquisa exploratória “é a primeira etapa de uma investigação mais ampla”.

O texto segue dividido em três partes e considerações finais. Como ponto de partida desta análise, elencamos as categorias da economia política imprescindíveis no desvelamento da relação entre capital e trabalho. Em seguida, buscamos evidenciar a Teoria da Reprodução Social⁴ como aporte para análise do intrínseco nexos entre a exploração da força de trabalho e a desigualdade de gênero.

Na terceira seção, pretendemos contribuir para reflexão acerca da repercussão da pandemia do *COVID-19* no Brasil, considerando o avanço do neoliberalismo e a piora das condições de trabalho e renda, que repercutiu na desigualdade de gênero. Assim, buscou-se refletir sobre a exploração/opressão das mulheres tendo como ponto de partida a reprodução social e o patriarcado⁵ em sua instrumentalidade permanente.

2. ASPECTOS CENTRAIS DA ECONOMIA POLÍTICA QUE NORTEIAM O DEBATE

O homem possui uma indissociável necessidade de transformar a natureza em prol de suas demandas, melhor dizendo, a profícua relação entre homem e a natureza de forma contínua tem como resultado a sua condição de existência, a produção de valor de uso. Esta relação intrínseca faz do homem produtor de valor de uso, como trabalho útil e concreto qualificado. Neste sentido, Marx (2017) identifica as características nucleares da sociedade do capital, em que o mercado vai ter centralidade na relação e articulação da

⁴ A Teoria da Reprodução Social foi desenvolvida pelo Feminismo Marxista, propondo-se a pensar o gênero na sociedade a partir da teoria marxista, como elemento central para a compreensão da opressão e exploração das mulheres no modo de produção capitalista, uma vez que conformam a divisão do trabalho na sociedade. Ou seja, em linhas gerais, esta vertente relaciona o patriarcado, que gera opressão às mulheres, com a divisão social e sexual (também vale dizer racial) do trabalho dentro da sociedade de classes.

⁵ Para o conceito de patriarcado, lançamos mão de Arruzza (2015, p. 39) que expõe: “Não há uma definição uniforme, mas um conjunto de proposições, algumas das quais são compatíveis com as demais, enquanto outras são contraditórias. Uma vez que não posso analisar todas estas definições, proponho, por enquanto, focar no conceito de sistema patriarcal, entendido como um sistema de relações, tanto materiais como culturais, de dominação e exploração de mulheres por homens. Este é um sistema com sua própria lógica, que é ao mesmo tempo maleável a mudanças históricas, em uma relação de continuidade com o capitalismo.”

riqueza, significando que a relação entre troca de mercadorias passa a ter nuclearidade da mediação entre os indivíduos, base da formação social capitalista.

O trabalho, para o autor, é compreendido como protoforma e fundação do ser social, tratando-se da transformação da natureza em produtos que satisfaçam as necessidades humanas individuais ou coletivas (valores de uso), sendo fundamental para a reprodução humana. Trata-se, desta forma, de uma atividade realizada com uma determinada finalidade. O processo de produção pode ser compreendido, então, como processo de trabalho e processo de formação de valor, ou seja, é um processo de valorização, uma vez que o valor da mercadoria⁶ é determinada pelo tempo de trabalho necessário à sua produção. O processo de valorização, à vista disso, é uma forma específica que o processo de trabalho vai assumir no modo de produção capitalista, em que o valor da mercadoria pode ser compreendido, então, como o resultado da soma do capital constante, do capital variável e do novo valor criado no processo de produção⁷ pela força de trabalho dispendida pelo capital variável, ou seja, do trabalho humano, e que é chamado por Marx de mais-valor (ou mais-valia). (MARX, 2017).

O mais-valor é a base da exploração do trabalho no capitalismo e a jornada de trabalho, nesse ínterim, ganha absoluta importância pois, como vimos, o valor de troca das mercadorias tem como base o tempo de trabalho socialmente necessário para sua produção, logo, parte da jornada de trabalho terá seu valor revertido para pagamento do salário do trabalhador, sendo este o único meio para a sua reprodução (ponto chave para o debate da teoria feminista da reprodução social), e o mais-valor gerado será apropriado pelo capitalista. (MARX, 2017).

Iamamoto (2014), com base em Marx, nos indica que o valor da força de trabalho é determinado pelo trabalho socialmente necessário para a sua produção e, tendo em vista que a força de trabalho não se separa do indivíduo, sua produção corresponde de maneira indissociável à sua reprodução social. Para isso, o valor da força de trabalho é equivalente ao mínimo necessário para satisfação das necessidades básicas do trabalhador e sua família; afinal, o capital é valorizado a partir da força de trabalho e a reprodução da prole na renovação da força de trabalho é necessária para a perpetuação da produção capitalista. Ou seja, o processo de produção e sua continuidade, a sua reprodução, resultam do antagonismo da classe capitalista e da classe trabalhadora, pois é expressão da correlação de forças entre o capital e o trabalho. Assim, quando o trabalhador assalariado é inserido no processo produtivo, ele sai da mesma maneira que ingressou, com sua mercadoria força de

⁶ Para Marx (2017), a mercadoria é forma elementar da riqueza produzida nessa forma social, sendo a forma de determinação singular do modo de produção capitalista, uma vez que o produto do trabalho feito para satisfazer uma necessidade humana, torna-se, a partir dessas relações sociais de produção, valor.

⁷ A transformação de dinheiro em capital ocorre no processo de produção, se dividindo em dois processos: como capital constante (meios de produção) e o capital variável (força de trabalho). (MARX, 2017).

trabalho disponível para uma nova venda, pois a riqueza produzida por ele pertence ao capitalista. O resultado da venda da força de trabalho, o salário, expressão de valor da subsistência, é consumido na reprodução da vida do trabalhador e sua família. (IAMAMOTO, 2014).

O salário, por sua vez, é dado não pelo valor do seu trabalho, mas pela compra do tempo da sua força de trabalho. O trabalho não pago ao trabalhador é o mais-valor apropriado pelo capitalista e esse é o ponto-chave do processo de valorização do capital. Conforme as palavras do autor "A forma-salário extingue, portanto, todo o vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago." (MARX, 2017, p. 610).

Esta banalização da exploração humana é acompanhada da indiferença frente às necessidades sociais, que vêm sendo supridas parcialmente pelo Estado através da implementação de políticas econômicas e sociais. Iamamoto (2015) ressalta que este processo expande as contradições entre as classes e aprofunda disparidades de gênero, geração, etnias e meio ambiente; estas disparidades entranhadas na sociedade irão transpor aspectos ainda mais desafiadores aos trabalhadores no que diz respeito à exploração da força de trabalho na produção e manutenção de sua energia vital na reprodução das relações sociais.

Neste ponto de análise, podemos estabelecer uma relação entre a construção social do capitalismo e a funcionalidade da exploração/opressão do gênero feminino para sua manutenção. A sociedade capitalista tem por base duas classes sociais antagônicas, a classe dominante se apropria da força de trabalho da classe dominada expropriando um excedente de trabalho não remunerado. Para que a classe dominante possa permanecer em um fluxo de relações sociais que cria valor excedente de trabalho não remunerado, é preciso que haja força de trabalho explorável da classe dominada disponível para cumprir esta função de gerar valor que não a pertence. Esta força de trabalho explorável disponível precisa repor sua energia vital diariamente e de uma renovação geracional constante para a continuidade do sistema capitalista de produção, e é neste ponto que há uma relação intrínseca entre o trabalho realizado no âmbito da família por mulheres e a reprodução da força de trabalho (remunerado e não remunerado).

3. A IMPORTÂNCIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA DISCUSSÃO SOBRE GÊNERO

A divisão sexual do trabalho existiu em diversos tipos de sociedade ao longo da história, mas isso não quer dizer que essa distribuição de atividades laborativas tenham sido desiguais ou sobrepostas. Apesar do capitalismo não ter inventado o sexismo, soube aproveitá-lo:

estabeleceu outros modelos, notadamente “modernos”, de sexismo sustentados pelas novas estruturas institucionais. Seu movimento fundamental foi separar a produção de pessoas da obtenção de lucro, atribuir o primeiro trabalho às mulheres e subordiná-lo ao segundo. Com esse golpe, o capitalismo reinventou a opressão das mulheres e, ao mesmo tempo, virou o mundo de cabeça para baixo. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 51).

A produção e a reprodução do modo capitalista e a reprodução da vida, uma vez que mudanças que ocorrem em uma esfera, reverberam na outra, visando, também, contribuir para o desenvolvimento do debate marxista sobre as estruturas dessa sociedade.

A Teoria da Reprodução Social compreende que a força de trabalho – “mercadoria especial”, nas palavras de Marx, que mantém o sistema capitalista – é produzida e reproduzida pela família, fora do âmbito da produção capitalista. A família⁸, neste sentido, é o local onde ocorre a renovação da energia vital dos trabalhadores após a jornada de trabalho e, também, a produção e a reprodução da renovação geracional da força de trabalho, a partir do cuidado realizado pelo gênero feminino.

Com isso, Bhattacharya (2019, p. 103) expõe: “se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital”. A força de trabalho, em sua maioria, perpassa por três processos de reprodução interligados: atividades que permitem a recuperação da força vital do trabalhador para que possa retornar à produção dia após dia, tais como a alimentação, local para dormir, além de suporte psíquico; atividades que renovam a energia de indivíduos que não estão inseridos no processo produtivo, como crianças e antigos trabalhadores, ou adultos fora do mercado por motivos diversos; e o ato de reproduzir futuros trabalhadores recém-nascidos, como a gestação e o cuidado posterior da criança. Esses três processos de reprodução são o que propiciam a sustentação do capitalismo, já que reproduzem a força de trabalho sem que o sistema capitalista seja cobrado por homens e mulheres que executam essas atividades no lar. (BHATTACHARYA, 2019).

Segundo Biroli (2018), no modo de produção capitalista, mulheres desempenham majoritariamente o trabalho doméstico e de cuidado implicando em desvantagens para elas mesmas, uma vez que acabam afastadas de atividades remuneradas e dos espaços políticos, ofertando trabalho gratuito aos homens. E acrescenta que “os arranjos familiares e os padrões da divisão sexual do trabalho modificaram-se, mas continuam a implicar, nas suas formas correntes, maior vulnerabilidade relativa para as mulheres, em especial as mais pobres.” (BIROLI, 2018, p. 35). Assim, o gênero feminino executa a maior parte deste

⁸ Juridicamente, a família era compreendida no Brasil enquanto laços advindos a partir do casamento civil e de relações consanguíneas. Foi a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, e reflexo de mudanças históricas, que outros marcos legais apresentaram o entendimento de família ampliada, compreendendo aqueles que vivem em laços de afetividade. Novos arranjos familiares, assim, foram reconhecidos e legitimados pelo Estado.

trabalho não pago, e por isso, o capitalismo segue levando vantagem com a desigualdade de gêneros, visto que não paga pelas atividades reprodutivas que o sustenta.

Segundo a pesquisa realizada no ano de 2019 pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio Contínua - PNADC (IBGE, 2019), a realização de atividades domésticas como preparar alimentos, fazer compras, cuidar da limpeza, dentre outras relacionadas à organização do lar e o cuidado de pessoas no domicílio como idosos, crianças ou dependentes de cuidados especiais foi executada por 24 horas semanais pelas mulheres brasileiras, enquanto os homens brasileiros realizaram por 12,1 horas estas tarefas, uma diferença entre os sexos de, aproximadamente, 11,9 horas a mais para o gênero feminino. Esta diferença não se altera ao considerar a ocupação por trabalho pago, pois mulheres ocupadas realizaram 18,5 horas e os homens ocupados realizaram 10,4 horas de trabalho doméstico. Ainda segundo a PNADC (IBGE, 2019), a taxa que diferencia os afazeres domésticos entre os sexos se torna maior quando são cônjuges, resultando na diferença de 14,8% a mais de horas para as mulheres. Além das atividades materiais mencionadas, ainda podemos expor as atividades de cuidado psíquico que não são mensuráveis, como o apoio ao trabalhador e/ou crianças, bem como de idosos que necessitam de cuidado especial.

Porém, cabe salientar que compreender que as mulheres são a base de sustentação do sistema capitalista ao executar trabalho não remunerado fora do processo de produção, e que, inversamente, os homens teriam como local de trabalho remunerado o âmbito produtivo é uma assertiva errônea, visto que, em sua maioria, as mulheres são responsáveis pelo trabalho não remunerado no lar, e também, em grande número, mulheres também realizam trabalho remunerado, acumulando a jornada de trabalho não pago e a jornada de trabalho pago.

Conforme dados PNADC (IBGE, 2018), foram expostas as diferenças de inserção no mercado de trabalho entre os sexos dos 56,4 milhões de brasileiros ocupados no ano de 2018, com idades entre 25 e 49 anos, dos quais 54,7% era composto por homens e 45,3% por mulheres. A pesquisa aponta que esses dados não sofreram grandes variações do ano de 2012 até o ano de 2018, sendo possível perceber o predomínio do gênero masculino no mercado de trabalho. Se compararmos as horas de ocupação entre os sexos no mercado de trabalho, podemos perceber que mulheres possuem 4,8 horas trabalhadas a menos, pois, enquanto os homens possuem uma média total de 42,7 horas de trabalho remunerado, as mulheres possuem 37,9 horas. Grande parte das mulheres precisam se inserir no mercado de trabalho para garantir sua sobrevivência. Por isso, quando é debatida a desigualdade entre os gêneros em torno das questões relativas ao lar (como a violência sexual, controle reprodutivo e cuidado com crianças), excluindo a discussão da inserção da mulher no

sistema produtivo, há um equívoco, pois o trabalho não remunerado acumula-se com a jornada de trabalho somando formas de exploração.

4. O POSSÍVEL ADENSAMENTO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO A PARTIR DA PANDEMIA DO COVID-19 NO BRASIL

Ao nos defrontarmos com a Pandemia do *COVID-19*, que tem a duração de mais de dois anos, podemos inferir que a crise econômica e social agudizada pela pandemia pode ter vindo a acarretar maior sobreposição de trabalho não pago – reprodução social – realizado por mulheres e, além disso, devido ao isolamento social, maior exposição à situação de violência no lar.

Em diversos países foi verificado o aumento da violência doméstica contra as mulheres no período de isolamento social durante a pandemia de *COVID-19*. Apesar de ter se mostrado um dos mais eficientes meios de conter o avanço da pandemia até a vacinação em massa da população, o isolamento social, muitas vezes, coloca as mulheres em convivência forçada com seus agressores, mais vulneráveis a sofrer violência doméstica e sem oportunidade de buscar por socorro. Um dos reflexos da situação é a diminuição das denúncias nos momentos iniciais da pandemia, conforme publicado na 1ª edição da Nota Técnica sobre Violência Doméstica durante a pandemia de *COVID-19* pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Na 3ª edição, por outro lado, o FBSP apresentou um levantamento a respeito do fenômeno no Brasil, trazendo dados comparativos dos meses de março e maio dos anos de 2019 e 2020, sendo evidenciado o crescimento de 2,2% de feminicídios, sinalizando também uma maior dificuldade em denunciar devido ao confinamento com o agressor, com diminuição de 27,2% dos registros em delegacia de lesão corporal dolosa decorrentes de violência doméstica no mesmo período. Já o Painel de Dados de Direitos Humanos⁹ da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, disponível para acesso no site do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos com dados a partir de 2020¹⁰, nos traz informações sobre as denúncias realizadas através dos canais remotos, com números alarmantes.

A partir deste cenário, questiona-se até que ponto o lar, em uma estrutura patriarcal de sociedade, na qual a família se configura enquanto espaço de desigualdade entre os gêneros, pode ser considerado um local de segurança para seus membros e principalmente

⁹ Ferramenta interativa que reúne as denúncias de violação de direitos humanos e violências contra a mulher que são recebidas pelos canais Disque 100, Ligue 180 e pelo aplicativo Direitos Humanos Brasil.

¹⁰ 1º semestre de 2020, publicado em 03/03/2021 e atualizado em 12/04/2021, tendo sido acessado em 27/7/2021: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/ONDH-2020SM01> 2º semestre de 2020, publicado em 03/03/2021 e atualizado em 12/04/2021, tendo sido acessado 27/7/2021: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/paineldedadosdaondh/ONDH-2020SM02>

para as mulheres, podendo se evidenciar, inclusive, como um espaço para reprodução de violências.

A observação destes dados nos levou a questionar como o patriarcado se expressa no contexto do governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, que teve início em 2019. O neoliberalismo¹¹ já caminhava a passos largos em sua ampliação no Brasil no início do governo em tela. Dentre aspectos diversos, já resultava em maior precarização da força de trabalho e aprofundamento da desigualdade social.

Sobre a desigualdade de gêneros e sua relação com a classe social, foi possível perceber que há uma grande disparidade na renda dos brasileiros. Segundo o Centro de Pesquisa em Macroeconomia das Desigualdades, da Universidade de São Paulo - USP, no ano de 2018 os 705 homens brancos que fazem parte do 1% mais rico do Brasil possuem uma renda superior a 32,7 milhões de mulheres negras que vivem no país. Este número torna-se expressivo para demonstrar a desigualdade social, a desigualdade de gêneros e a desigualdade racial enraizados na sociedade brasileira.

O atravessamento do neoliberalismo na política pública no Brasil é adensado no governo do presidente Bolsonaro, aprofundando desemprego e subemprego, acarretando maior exploração dos trabalhadores. No que concerne à desigualdade social, houve uma agudização devido às repercussões econômicas oriundas da pandemia do *COVID-19*, a partir do ano de 2020. Os impactos da pandemia foram diversos, a crise econômica atingiu fortemente o trabalho de estratos sociais mais baixos da população. No entanto, segundo a lista da Forbes¹² de 2021, a economia brasileira teve seu sistema econômico aquecido pelo mercado de capitais, privilegiando os “super-ricos”, em que resultou em uma lista de 40 novos bilionários no Brasil. Em razão oposta, o Brasil atingiu índices alarmantes de Insegurança Alimentar, em que 43,4 milhões não podiam se satisfazer com uma quantidade de alimentos suficientes para atender as necessidades, sendo considerado Insegurança Alimentar moderada ou grave. Apesar dos programas assistenciais Bolsa Família e Auxílio Emergencial, a medida sanitária de isolamento social para impedir a contaminação pelo *COVID-19* prejudicou o sustento de muitos trabalhadores, mas sem que houvesse uma resposta do poder público mais profunda e efetiva para mitigar os efeitos da pandemia.

Segundo Biroli (2021, p. 49), a pandemia do *COVID-19*¹³ atingiu as mulheres de forma material e subjetiva em grande proporção. A autora demonstra que, para

¹¹ Citado por Anderson (1995), Hayek expõe que o neoliberalismo preza a não intervenção do Estado na economia e a não utilização de investimento público no bem-estar da classe trabalhadora, sendo imprescindível a interrupção do pleno emprego, recuperando a taxa “natural” de desempregados.

¹² “Brasil tem 40 novos bilionários em 2021, ano de pandemia, diz Forbes.” Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/27/40-novos-bilionarios-brasileiros-forbes.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

¹³ Até a data de submissão deste trabalho, em 15 de mai. de 2022 o número total acumulado de mortes no Brasil por *COVID-19* era de 664.872. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br> Acesso em: 15 de mai. de 2022.

especialistas, o governo brasileiro teve como plano de enfrentamento ao *COVID-19* uma “estratégia de propagação do vírus” que ocasionou a morte de milhares de pessoas. Além disso, a pandemia ocasionou uma taxa recorde de desemprego, alcançando 14,4% da população em 2021, sendo que para as mulheres a taxa foi de 17%, retrocedendo em 30 anos a força de trabalho remunerada do gênero feminino.

Como já demonstramos, a responsabilidade do cuidado familiar é delegada ao gênero feminino como se fosse uma característica natural, e a menor inserção da mulher no mercado de trabalho, reforçada neste período, pode ser respondida a partir da ineficiência do poder público em lidar com as repercussões sociais provenientes da pandemia. Como exemplo, temos a situação das escolas¹⁴ no Brasil, que se mantiveram fechadas por mais tempo se comparado à experiência mundial no combate à pandemia, tornando mais dificultoso que mulheres pudessem conciliar o cuidado de crianças em casa e as condições exigidas no mercado de trabalho; bem como em um contexto pandêmico, podemos inferir que mulheres estiveram na linha de frente pelo cuidado, tanto de familiares adoecidos, quanto como profissionais de saúde com predominância do gênero feminino (equipe de enfermagem). (BIROLI, 2021).

Portanto, entendemos que a desigualdade de gênero está intimamente relacionada com a produção e reprodução do sistema capitalista. Por isso, o que torna fundamental a Teoria da Reprodução Social é a compreensão de que mesmo que tenhamos ganhos importantes no âmbito material e subjetivo nos direitos de gênero, estes só podem ser temporários, visto que a estrutura sócio-material da exploração e opressão às mulheres está intrinsecamente relacionada à totalidade do capitalismo. Diante disso, a partir de Bhattacharya (2019, p. 104), destacamos a seguinte assertiva: “qualquer conversa sobre o fim da opressão e sobre a libertação, então, precisa lançar mão de uma conversa simultânea sobre o fim do sistema em si.”.

Ao voltarmos nossa atenção para a atualidade, percebemos que o capitalismo aperfeiçoou sua forma de exploração ao mesmo tempo em que promove a manutenção do que é útil e lucrativo. A partir da ascensão do neoliberalismo como estratégia econômica, são exigidas horas e intensidades de trabalho por mais de um membro na família, e, conseqüentemente, a “produção e reprodução de pessoas” é posta como um trabalho adicional na carga de trabalho feminino. Para a garantia da subsistência da família, mulheres enfrentam mais de uma jornada de trabalho (trabalho pago e não pago), enquanto homens, majoritariamente, executam somente uma jornada (trabalho pago).

¹⁴ A matéria expõe informações do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2021 demonstrando a queda de 31% nas matrículas de crianças em tempo integral, em que nos anos iniciais do ensino fundamental reduziu em 63% e nos anos finais do ensino fundamental 55% a menos. Além disso, os dados indicam uma redução das despesas com educação por Estados e Municípios. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/matriculas-na-educacao-basica-em-tempo-integral-tem-reducao-de-31-em-5-anos/>. Acesso em 30 de jan. de 2022.

Segundo Arruzza, Bhattacharya, Fraser (2019), o neoliberalismo pressupõe menor assistência do Estado às famílias, levando à família ao seu limite de força laborativa, e em sua maioria, exaure a energia vital de mulheres que acumulam jornadas de trabalho. Ainda segundo as autoras, as quatro décadas de hegemonia Neoliberal enfraqueceram os direitos trabalhistas e diminuíram os salários, tendo como resultado a ampliação da exploração.

Ao pensarmos o atual contexto brasileiro de governo do presidente Bolsonaro em que se apresenta em sua forma neoliberal mais acabada, existem desafios ainda não suficientemente aclarados para a classe trabalhadora. O aprofundamento do neoliberalismo vem demonstrando precarização das relações trabalhistas e estímulo ao trabalho terceirizado, fomento da privatização e desmonte da saúde e educação públicas, resultando em maior dificuldade para a reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. E é neste sentido que o governo em curso adensa a desigualdade de gênero, ao mesmo passo em que fomenta valores morais e apela à família como seu *locus* de ação. A hierarquia patriarcal, dessa forma, é reforçada no âmbito familiar, resultando em maior desigualdade de gênero e exploração/opressão das mulheres.

Pudemos compreender que a família sempre esteve diretamente responsabilizada pelo cuidado e proteção de seus membros, no que o contexto pandêmico associado ao contexto neoliberal, de contrarreformas trabalhistas e sociais, essa responsabilização foi reforçada frente a insuficiência de políticas públicas que as ampare, indicando uma tendência à “reprivatização do cuidado”, ou seja, um retorno do cuidado para o contexto familiar. Assim, percebemos uma contradição fundamental entre política social ofertada pelo Estado, trabalho (considerando a histórica divisão sexual do trabalho) e família, determinando uma relação crítica de subalternização do gênero feminino e uma maior desigualdade de gênero.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando aludimos a questão da sobrecarga de trabalho das mulheres em seus diversos âmbitos, nos deparamos com a esfera do cuidado na família, que é predominantemente delegado às mulheres ao longo da história. Os estudos feministas ao se apropriarem do conceito de reprodução da força de trabalho de Marx, demonstram a importância da apropriação do marxismo, enquanto teoria social crítica e método de análise da realidade, dando visibilidade ao trabalho exercido no lar enquanto ferramenta da exploração do trabalho do gênero feminino para reprodução do trabalhador e, conseqüentemente, do modo de produção capitalista. No contexto de pandemia, a situação foi agravada, com aumento do desemprego e fechamento/precarização da oferta de serviços públicos como de educação, resultando em maior carga de trabalho designada às famílias e, conseqüentemente, às mulheres.

A partir disso, e compreendendo que o capitalismo tem por necessidade a progressiva acumulação de capital, fica demonstrado que sua reprodução depende da força de trabalho como principal meio de produção. E para propiciar a plena expansão do capitalismo, o gênero feminino é essencial para a reprodução da força de trabalho com vistas a manter a constante renovação de trabalhadores para livre exploração. Em decorrência disso, é possível inferir que a exploração do gênero feminino é instrumental para que o capitalismo tenha força de trabalho explorável suficiente para produção, além disso, busca ocultar a quantidade de trabalho não pago no lar como “vocação natural” de mulheres. Portanto, no âmbito das rela es sociais do sistema capitalista vigente, a família   tida como aporte do capitalismo para a reprodu o da força de trabalho.

O atual contexto brasileiro perpassa por índices alarmantes de aumento da pobreza, desemprego, retorno do país ao mapa da fome e infla o, e de forma inversamente proporcional, há um aumento exponencial da concentra o de riqueza. Estes  ndices são ainda potencializados devido   pandemia do *COVID-19*, durante a qual se aprofundou ainda mais as expressões da questão social, resultante das desigualdades decorrentes do modo de produ o capitalista. O governo claramente neoliberal do presidente Bolsonaro vem demonstrando um insuficiente financiamento de políticas públicas, deteriorando ainda mais as condi es de vida da classe trabalhadora.

Através desta investiga o, pudemos perceber que a coletiviza o do cuidado familiar associada a uma divisão de seu custeio através de políticas públicas universais que possam atender às demandas de cuidado que adentram os aspectos de sobrecarga do trabalho feminino poderiam vir a suprir parte da problemática da desigual divisão sexual do trabalho no âmbito produtivo e reprodutivo, equalizando atividades exercidas por homens e por mulheres. No entanto, não podemos perder de vista que a valoriza o e implementa o de tais políticas colidem com a acumula o capitalista.

Desta forma, compreendemos a instrumentalidade do trabalho feminino (não pago) no lar para a produ o da força de trabalho que gera valor ao capitalismo. Ainda que haja um longo caminho pela frente, entendemos que a luta pela equidade de gênero deva seguir em dire o ao rompimento do capitalismo e seus nexos patriarcais, trazendo para o centro de gravidade dessa discussão uma perspectiva anticlassista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. O balanço do neoliberalismo, In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. Revista Outubro, n. 23, 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2019.

BIROLI, Flávia. Num estado de crises em tempos pandêmicos, mulheres são as principais vítimas. In: Mulheres na pandemia. A complexa teia de desigualdades e o desafio de sobreviver ao caos. Revista IHU – Online, Rio Grande do Sul, nº 548, Jun. 2021.

_____. Gênero e desigualdades: os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

Bottega, Ana; Bouza, Isabela; Cardomingo, Matias; Pires, Luiza Nassif; Pereira, Fernanda Peron. Quanto fica com as mulheres negras? Uma análise da distribuição de renda no Brasil. Nota de Política Econômica. Made centro de pesquisa em macroeconomia das desigualdades. FEA/USP. nº 18. 2021. Disponível em: <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/quanto-fica-com-as-mulheres-negras-uma-analise-da-distribuicao-de-renda-no-brasil/>. Acesso em: 29 de abr. de 2022.

BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Revista Outubro, n. 32, 2019.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica / Marilda Villela Iamamoto, Raul de Carvalho. – 41. ed. – São Paulo: Cortez, 2014.

_____. Serviço Social em tempo do capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. Marilda Villela Iamamoto. – 9. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IBGE. Pesquisa Nacional Amostras por Domicílio Contínua: Outras formas de trabalho 2019. Coordenação de trabalho e rendimento. Rio de Janeiro, IBGE, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101722_informativo.pdf. Acesso em: 28 de jan. de 2022.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua. Divulgação Especial. Mulheres no Mercado de Trabalho – PNAD, 2018. Coordenação de trabalho e rendimento. Rio de Janeiro, IBGE, 2019. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 29 de jan. de 2022.

MARX, Karl. O capital: crítica da economia política: livro 1 : o processo de produção do capital / Karl Marx ; tradução Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/> Acesso em: 13 de abr. de 2022.